

JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

Ênio José da Costa Brito*

* Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC/SP.

A Reforma foi uma resposta da fé às necessidades espirituais e pastorais de uma época em crise.
(Flávio Jardim Silva, p. 87).

Compreender (o outro) exige compromisso com a verdade.
(Unitatis Redintegratio).

Resumo:

Tese de mestrado em torno da Declaração conjunta das Igrejas sobre a doutrina da justificação e sua contribuição para o diálogo inter-religioso.

Palavras-chaves: Teologia: Justificação pela Fé; Religião: Diálogo inter-religioso; Ecumenismo: Declaração das Igrejas.

Abstract:

A master's thesis around the Declaration of Churches about the doctrine of justification and your contribution to the interreligious dialogue.

Keywords: Theology: Justification by Faith; ; Religion: Interreligious dialogue; Ecumenism: Church Declaration;

Introdução

Recentemente, participei da arguição da dissertação de Mestrado em Missiologia de Flávio Jardim Silva, intitulada *Justificação pela fé. Reflexões em torno da Declaração conjunta sobre a Doutrina da Justificação. Contribuições para o diálogo inter-religioso.*¹

¹ A defesa ocorreu no dia 24 de setembro de 2015, participaram da banca os professores doutores, João Décio Passos (Orientador), José Xavier Donizetti e Ênio José da Costa Brito.

A pesquisa apresentada por Silva ultrapassava em muito as exigências de um mestrado, beirava um doutorado. O leitor tem em mãos uma dissertação corajosa, erudita, interdisciplinar e atual.

Corajosa, pois escolhe, no sentido forte da palavra latina, *eligo* / *eleger* um tema dos mais complexos da Teologia e da vida das Igrejas, a Doutrina da Justificação, que traz no seu bojo a espinhosa questão da salvação. Para examiná-lo sob duas óticas: a protestante e a católica em vista do diálogo inter-religioso.

Erudita e interdisciplinar, o autor não só dialoga com uma rica bibliografia como estabelece inúmeras pontes com a teologia, a história e a filosofia. Dissertação atual e necessária, a sociedade plural na qual vivemos pede da reflexão teológica e da práxis dos cristãos uma efetividade no campo do diálogo religioso.

O melhor caminho que encontrei para colher as contribuições e dialogar com o autor, foi revisitar a estrutura da dissertação, dando conta da minha leitura, da minha recepção do texto e tecendo breves observações, apresentando pontuações além de apontar pontos que estimulam a reflexão.

Introdução da Dissertação

Cumpra bem o seu papel, ao colocar o leitor na dinâmica da pesquisa, penso ser possível deixar mais claro a hipótese com a qual trabalha e explicitar algumas questões, que serão respondidas ao longo da dissertação. É verdade que a hipótese se faz presente transversalmente na introdução.

O poder político como afirmação de uma ideia (p.18-66)²

Para entender a linha mestra do pensamento de Agostinho e Pelágio, o autor debruça sobre o contexto sociopolítico, cultural e eclesial do Norte da África (século IV e V). Prioriza os seguintes temas: liberdade, graça e pecado original. Justifica sua opção afirmando:

Para que a análise do pensamento destes dois grandes homens possa guardar fidelidade ao espírito e às suas intuições, é necessário que conheçamos os condicionamentos históricos do período no qual eles viveram, assim como o ambiente sociocultural e político e, sobretudo, eclesial em que estavam inseridos (p. 17).

O denso perfil analítico do texto não quebrou a dinâmica interna do mesmo. O capítulo deixa transparecer o cuidado com que o autor acolheu as sugestões da qualificação.³

² Passaremos a indicar apenas a página da Dissertação. Esta se encontra disponível para consultas na Biblioteca do Instituto Teológico São Paulo.

³ A qualificação precede a defesa. O orientador convida dois outros professores doutores para a leitura de parte do material da dissertação e assim conjuntamente realizarem os acertos finais da pesquisa. No fundo é uma orientação ampliada. Importante e necessária.

Frente a riqueza de informações e reflexões apresentadas, realço alguns pontos: o diálogo que estabeleceu com Franz Hinkelammert, Paul Ricoeur e Roque Frangiotti enriqueceu a reflexão apresentada; digno de nota a apresentação que fez da Teologia da Graça de Agostinho, o leitor tem em mãos um pequeno tratado sobre a Graça nos escritos agostinianos.

Positivo, também, ter ampliado a apresentação das polêmicas Agostinianas, em geral; ao apresentá-las, não se fica circunscrito à disputa com Pelágio, trouxe também à polêmica com Celéstio e Juliano de Eclano (p. 49s).

Na página 19, dá uma informação surpreendente para muitos: *O Latim era a língua do cristianismo africano*. É bom lembrar que o africano por natureza é um poliglota (para começar fala vários dialetos).

Faz uma exposição clara e didática da problemática do pecado original e do conceito de *ordo* no pensamento agostiniano. Conceito importante na cosmovisão medieval.

O capítulo possibilita reflexões sobre vários temas filosóficos e teológicos. No entanto, chamo atenção para duas temáticas, uma de fundo existencial e outra de perfil analítico-comparativo.

Ao apresentar o pensamento agostiniano duas categorias retornam com frequência, como um *mantra*. Em vários momentos, o autor nos relembra que a Teologia agostiniana está cheia de *ambiguidades* (p. 46), de *contradições* (p. 63) e é profundamente marcada pela *angústia* (p. 55). *Quando lemos os primeiros tratados de Agostinho eles nos mostram que não foi o comentário feito a São Paulo que delineou sua construção teológica, mas a partir de sua própria angústia metafísica* (p. 44). Um pouco adiante volta a questão da angústia.

Neste sentido, após a Queda, segunda a ideia de Agostinho, todos os afetos da pessoa, não obstante suas boas intenções, serão sempre mal orientados, e as pessoas agirão de acordo com eles. O que passa a mover uma pessoa não é o que ela conhece, mas o que ela deseja. Podemos assim imaginar, com esta ideia, o que se passava na vida de Agostinho em sua angustiante busca por uma resposta que lhe desse a tão necessária paz interior (p. 47).

O autor ao expor o pensamento de Agostino e de Pelágio, aponta para a relação entre livre arbítrio, liberdade e graça explicitando a compreensão de cada autor. Uma análise comparativa completaria e bem a reflexão apresentada.

Tece ainda considerações sobre a *visão antropológica* de Agostinho (p. 62), pois está convencido que a verdadei-

ra questão em torno da controvérsia, única no modo como Agostinho e Pelágio concebem o ser humano.

É o que Silva reafirma de modo contundente na conclusão:

Na antropologia de Agostinho, que possuía uma visão pessimista em relação ao ser humano, devido sua interpretação liberal e errônea do relato da queda de Adão no paraíso (pecado original) e da influência da filosofia neoplatônica em sua teologia, o ser humano foi concebido como incapacitado para qualquer ação boa, mesmo que Deus lhe desse Sua graça ... Já Pelágio via o ser humano mais positivamente, concebe-o dotado por Deus de capacidade para se salvar, uma vez que para ele a queda de Adão e suas conseqüências atingiram somente ao próprio Adão. Em sua visão não negava a necessidade da graça, no entanto, para Pelágio, a capacidade para se salvar, não dependia somente de Deus. O ser humano pode colaborar para este fim (p.178-179).

Deus e o ser humano. Um pêndulo oscilante de fé e poder (p. 67-116)

O segundo capítulo responde a duas questões: como a justificação é reapropriada por Lutero? Qual a reação da Igreja católica frente às posições de Lutero?

Para respondê-las, explicita as reflexões de Lutero a respeito do livre-arbítrio, graça e pecado original, mostrando a estreita ligação delas com a teologia Agostiniana. Tendo presente os antecedentes históricos do século XVI para compreender como a questão do poder se faz presente na Alemanha e na vida de Martinho Lutero. Em seguida, examina os decretos do Concílio de Trento (1545-1561), especialmente o capítulo sétimo, que defende a ideia de ser a justificação um ato jurídico.

Ao termino da leitura do capítulo percebe-se com clareza, que Lutero é influenciado por Agostinho e Trento por Tomás de Aquino.

Alguns tópicos merecem destaque: o sugestivo o paralelo estabelecido pelo autor entre o que acontecia na Europa no final do século XV e ao longo do século XVI, com o que ocorrera com a Igreja no Norte da África no século IV. Mostra bem, o que a Igreja católica deixou de fazer no século XVI, isto é, cuidar das necessidades religiosas das pessoas (p. 72), gerando incertezas com relação à salvação (p. 76), não levando em conta os reais anseios do ser humano (p. 86).

Em sua missão, enquanto instituição, a Igreja hierárquica deveria assegurar a todos os seus membros a salvação se bem que de certo modo ela buscava realizar tal missão, mas ao se associar ao poder temporal, condicionando a salvação a quem pudesse pagar abrindo assim a fenda na qual ela própria caiu (p.72).

Ainda, deixou claro, o profundo contraste entre a exposição do acontecimento da Justificação pelo Concílio de Trento e as declarações da Reforma. Um último ponto importante é ter chamado atenção para a interpretação racionalista de Trento, hegemônica até a segunda metade do século XX. Esta interpretação desconhecia as atas do Concílio.

Silva sintetiza o núcleo do capítulo, na afirmação: *desta maneira, a Teologia Medieval condenou a Reforma, porque esta ensinava que a remissão dos pecados não acontecia em função dos méritos e das virtudes humanas, mas por causa de Cristo* (p.86).

Paulo e a Justiça de Deus (p.117-147)

Neste capítulo, acolhe o desafio de entender a justificação a partir do próprio Paulo (p.123), recorrendo aos novos estudos da literatura paulina, priorizando a carta aos Gálatas e aos Romanos. Chega à conclusão que tanto católicos quanto luteranos utilizam o termo *justificação* não como Paulo o utilizou. Nas palavras do autor:

Para termos uma justa compreensão do conceito de Justificação, apresentaremos a realidade e dificuldades enfrentadas por Paulo nas comunidades de Roma e da Galácia, locais e Cartas em que o conceito da *justificação* representará a resposta do Apóstolo frente às dificuldades enfrentadas por essas comunidades. Descreveremos Paulo inserido em seu ambiente judaico e os confrontos que ele teve com seus compatriotas em relação à salvação oferecida por Deus ao povo judeu, mas que Paulo acreditava que também era oferecida aos gentios (p.13).⁴

As páginas 146 e 147 tem um perfil exortativo, não sei se é a melhor preparação para o quarto capítulo. Eu exploraria, brevemente, a mensagem da justificação apresentada pelo autor na página 128: *A mensagem da justificação significa aceitar plenamente o outro, aceitar o crente que é diferente de nós.*

Muito positivo o fato de ter derrubado alguns lugares comuns, como: a ideia de que Paulo abandonou o judaísmo ao converter-se (p.128); a ideia de que a carta aos Romanos é uma carta teológica e apolégica (*tem pensamentos teológicos*).

⁴ Quando se olha o conteúdo do capítulo temos repetições que podem ser evitadas.

Deixa claro que a experiência religiosa anterior de Paulo, isto é, sua vivência no judaísmo influenciou, teve um papel fundamental, na sua compreensão da *justificação*.

Paulo achava que na sua experiência de fé anterior faltava a ideia do messias crucificado [nova revelação]; com base na *justiça fundamentada na lei ele se julgava irreprensível* (Fl 3,6). Na verdade, o perfeccionismo moral não o colocava em relacionamento correto com Deus.

Paulo vai buscar no relacionamento de Abraão com Deus, o fundamento bíblico do seu entendimento da *justificação pela fé*. Inconfundivelmente Paulo usa justiça para afirmar que a justiça nos fiéis é o resultado de uma palavra ou declaração de Deus. Romanos 4, em que Paulo interpreta o relacionamento de Abraão com Deus como fundamento bíblico para seu entendimento da “justificação pela fé” dos fiéis (explicada em Rom 1-3), diz que a justiça foi creditada a Abraão ou lhe foi levada em conta por Deus com base na fé de Abraão em Deus (Rm 4,3.5. 6.11.22), não com base em suas obras (p. 142).

O autor tece, brevemente, três comentários: um sobre a potencialidade das cartas de Paulo para subsidiar o diálogo entre os membros da Igreja Luterana e da Católica (p. 135); outro sobre a relação entre justificação pela fé e o fundamentalismo (p. 128) e um último sobre o deslocamento de um problema de relacionamento entre judeus e gentios para um problema ocidental da consciência introspectiva.

Quando Silva comenta que a carta aos Romanos, que outrora provocava divisão, diz que hoje não é mais um texto que divide as confissões cristãs.

Desafios e possibilidades para o diálogo inter-religioso (p.148-177)

O capítulo acolhe questões cruciais que envolvem o diálogo inter-religioso, aponto algumas: Há possibilidade de salvação para os membros de outras religiões? (p. 152); como passar de uma tolerância passiva no campo das religiões para uma coexistência mais pacífica? (p. 153); como Jesus Cristo e seu mistério de salvação chegam aos que não o conhecem? (p. 155); Deus para salvar alguma pessoa, ela necessita conhecer ou reconhecer Jesus Cristo e seu projeto salvífico? (p. 155) e os membros de outras religiões são salvos por decisão de Cristo ou pela sua adesão e prática?

Breves observações: Silva abre o capítulo com uma leitura muito otimista da *Dignitatis Humanae* e de *Nostra Aetate*, leitura que é matizada à medida que avança no texto. O que é positivo é ter nestes dois documentos avanços no campo do diálogo religioso. No entanto, não se pode esquecer a presença de inúmeras adversativas.

Na página 158 § 3 e na nota 388, o autor tece considerações acerca das palavras modelo/paradigma, demonstrando uma preferência por paradigma, mas um pouco adiante na página 161 § 4 e seguintes volta a usar *modelo*.

Muito positivo, o esforço realizado nos capítulos 1/2/3 para distinguir os vários aspectos em que surgiram os diversos textos, nos seus momentos históricos e com os próprios condicionamentos.

Na página 155, aponta para um importante princípio epistemológico ao comentar acerca da importância de se superar os modelos dicotômicos com relação à compreensão das religiões. Eles nunca dão conta da realidade, pois não captam as bordas, as rugosidades e as especificidades, além de serem redutivos sob o aspecto analítico.

O documento publicado em conjunto pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e pela Congregação para a Evangelização dos povos, intitulado *Diálogo e Anúncio*, em 1991, abriu caminhos para um diálogo fecundo entre católicos e luteranos frente a temática da justificação. No entanto, recebido com entusiasmo, acabou no ostracismo.

Para Silva, o melhor modelo para o diálogo inter-religioso continua sendo o cristocêntrico inclusivista.

Por isso acreditamos que o melhor modelo ainda continua sendo o cristocêntrico inclusivista, pois a encarnação de Deus por meio de Jesus Cristo possibilita o conhecimento de seu Ser, de Seu projeto salvífico oferecido a todos nós e estando Ele mesmo presente nas realidades humanas é capaz de dialogar não somente com as pessoas em suas próprias culturas, mas também torna possível o diálogo com outras religiões (p.160).

Pode-se perguntar, para as religiões cristãs ou para todas as outras religiões? Muitos dizem que para as religiões cristãs tudo bem, mas para as outras religiões ele não soluciona as tensões.

A hermenêutica teológica inaugurada pelo Concílio Vaticano II (p. 171), ganha lugar de destaque na *reflexão de Silva*, pois pode contribuir e muito com o diálogo inter-religioso.

A teologia hermenêutica, concebida como um novo ato de interpretação do evento de Jesus Cristo, que devemos adotar, tem sua base em uma correlação crítica entre a experiência cristã fundamental, testemunhada pela tradição e a experiência humana contemporânea (p.168-169).

Silva se preocupa em dar ao leitor mais informação sobre a hermenêutica teológica, assim apresenta um amplo esquema no Anexo 3 (p.193), que ele retira da obra de Wolfgang Beinert; Bertram Stubenrauch.⁵

⁵ W. BEINERT e B. STUBENRAUCH. *Novo Léxico de teologia dogmática católica*. Petrópolis: Vozes, 2015.

Uma palavra final

Justificação pela fé dá uma significativa contribuição para o leitor desejoso de saber dos avanços e dificuldades relativas ao diálogo inter-religioso. Ter explicado numa linguagem acessível tópicos envolvendo a problemática da justificação, iluminou questões delicadas relacionadas com o tema.

Para finalizar esta Nota Bibliográfica fazemos nossa uma afirmação de Pedro Trigo:

Creemos que a proposta mais estrutural e profunda do Concílio foi a de contribuir com a salvação do mundo a partir de uma encarnação solidária com ele. Está claro que o que se propunha antes do Concílio era o oposto: salvar-se do mundo. O mundo estava perdido e a salvação consistia em levar as pessoas para o âmbito da Igreja, que era o âmbito da salvação, um âmbito absolutamente objetivado de tal maneira que o fato de encontrar-se com ele já se estaria salvo; pelo contrário: tinha que crer no que cria a Igreja, fazer o que ela propunha e participar de maneira personalizada de seus ritos e sacramentos sagrados. Assim se pertencia, não só ao corpo de visível, mas à alma da Igreja e se participava da salvação. Esta proposta entende a salvação como graça de Deus, inteiramente indevida e imerecida e fora do alcance humano.⁶

⁶ P. TRIGO. El Papa Francisco y el Concilio Vaticano II. In *Yachay*, Año 31, n. 60 (2014) pp. 19-41 [21].

A proposta conciliar pressupõe que a revelação de Deus não é revelação de verdades, preceitos e ritos, mas *acontecimento histórico*.

Silva na introdução da dissertação expressa o desejo de contribuir, a partir do modelo hermenêutico, com considerações que auxiliassem no diálogo. Penso que, este objetivo foi alcançado. Apresentou reflexões e análises que contribuem para o aprendizado do diálogo. *Essa atitude de diálogo entre Igrejas e religiões exigirá generosidade e renúncia, conversão de pessoas, doação de Amor e utopia Esperançosa* (p. 181).